

UNIDADE 3

EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE E OS TEMAS DA DIVERSIDADE/PRECONCEITO

3.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

A discussão apresentada neste módulo visa atender os objetivos do curso de aperfeiçoamento denominado “Educação na Diversidade e Cidadania” e pretende proporcionar a vocês, profissionais da educação, momentos de reflexão sobre os temas da diversidade de forma a garantir o melhoramento na sua formação como professores e/ou profissionais da educação básica, atualizando-os sobre as discussões político-sociais relacionadas ao tema “Educação na Diversidade e os temas da Diversidade/Preconceito”, assim como, proporcionar a ressignificação da sua prática docente enquanto elemento potencializador da transformação do ambiente escolar.

Ao tratar do tema “Educação na Diversidade e os temas da Diversidade/Preconceito”, pretende-se abordar esta temática com o reconhecimento das diversas populações existentes no ambiente educacional, discutindo as diversas faces do preconceito existente no ambiente escolar objetivando oferecer a vocês, cursistas, embasamento que poderão auxiliá-los na inserção desta discussão na educação básica.

Visando atingir os objetivos propostos para estudo deste módulo serão oferecidos, também, seminários e palestras sobre o tema: Diversidade/Preconceito além deste material impresso.

Este material apresentará conceitos, discussões, atividades reflexivas e avaliativas. Propõe-se também, para aprimorar este estudo, a adoção das mídias para a discussão e compartilhamento de informações sobre práticas pedagógicas inclusivas na escola, livre de preconceitos, por isso, não deixe de acessar a sala virtual e participar das atividades de aprendizagem propostas.

3.1.1 Por que uma educação para a diversidade?

Tendo em vista o caput do Art. 5º da nossa Constituição Federal “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O inciso VI diz: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Ainda, o inciso X diz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

O Art. 3º da mesma constituição afirma: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”, sendo que no inciso IV contempla “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Sabemos o quanto é importante que as unidades da rede pública de ensino insiram efetivamente os alunos que se encontram na diversidade de sua população, garantindo sua permanência, a continuidade e a conclusão dos seus estudos sem que haja discriminação ou preconceitos.

3.1.2 Iniciando a conversa

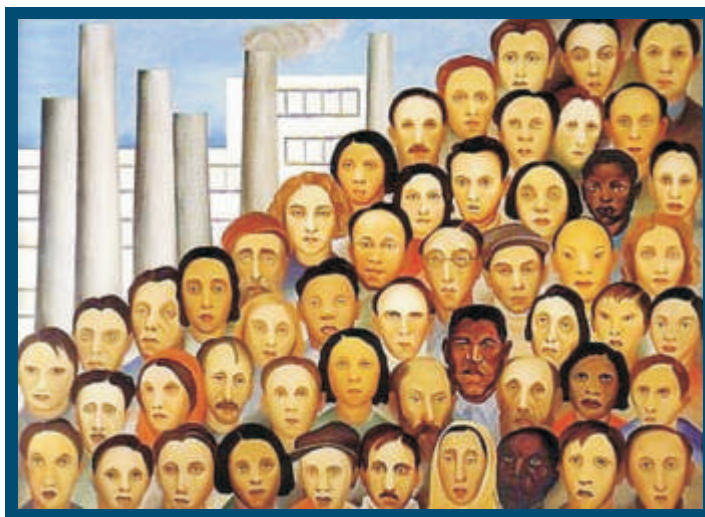


Figura 28: Diversidade étnica.

Fonte: fashionbubbles.com/wp-content/uploads/2008/08/00operarios1933tarsila.doamaral.jpg

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo portanto, mister que todas as escolas públicas de ensino discutam questões de inclusão e do respeito à diversidade no currículo e na organização do espaço escolar, que falem sobre os diferentes sujeitos da diversidade presentes na educação como: os povos indígenas, populações negras, agricultores, familiares assalariados rurais temporários e pessoas dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas, jovens, adultos e idosos não alfabetizados, lésbicas, gays, travestis e transexuais, entre outros.

O que aconteceria se todos fossem iguais? Como seria uma sala de aula povoada pela singularidade de um eu? E os pátios e corredores das escolas plenos de mesmice?

Neste trabalho, propomos dizer um basta ao preconceito, e sim ao

respeito e a tolerância, ou seja, à diversidade, mas para que isto ocorra é preciso perceber o papel da escola no combate ao preconceito que consiste em oferecer informações que contribuam para a superação de todas as formas de discriminação, observar o papel do professor frente à diversidade cultural. Visando acabar com o preconceito, temos que promover ações que valorizem as diferenças entre raças e culturas sem preconceito, oferecer e construir junto com os alunos um ambiente de respeito pela aceitação e pela valorização das diferenças culturais.

Também, há necessidade de analisar o conceito de preconceito e discriminação, não podemos exigir que uma pessoa entenda e aceite as diferenças, por questão de opinião, mas esta deve permitir o livre tráfego e a livre expressão de pensamento, o ato de discriminação na maioria das vezes, é sinal de fraqueza e desrespeito.

3.1.3 Problematicando o tema

Na era da globalização, o grande desafio reside na valorização de diferentes culturas para que elas se completem e se ajudem. Lidar com a diversidade seja ela racial, social, econômica ou religiosa não é fácil, mas é tarefa de quem educa, porque aprender a viver em comunidade é saber lidar com as diferenças de qualquer natureza, portanto, é preciso que pensemos em ampliar os horizontes de crianças e jovens, tirá-los de sua "redoma" e educá-los para o respeito à diversidade que existe no ambiente escolar e na comunidade.

Constantemente, esquecemos que da nossa postura diária diante dos fatos, as crianças e adolescentes tiram lições mais proveitosas do que de longos discursos teóricos apresentados em sala de aula. Os alunos observam nossa relação com o porteiro, com os funcionários da limpeza, enfim, com todos os elementos que atuam junto na escola.

Nessa observação, leva-se em conta a forma como nos dirigimos a eles nos fatos corriqueiros do dia-a-dia da escola, e ainda, observa-se a maneira como lidamos com suas ideias e opiniões. Tudo é registrado ainda que inconscientemente: nossas inquietações, contradições.

A população brasileira, portanto, é produto de um processo



Figura 29: Diga não ao preconceito
Fonte: 4.bp.blogspot.com/_7Z5cLaurmEk/SaiLsFT59ml/AAAAAAAAADc/VKM1ib_L4Zk/s320/3ad13e3088fd6cd1c8ee4e8c0aa6f7d7.jpg

histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado.

Apesar deste intercuro cultural, o contato entre estes diferentes povos desencadeou alguns desencontros. As diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixavam evidentes à distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos.

Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo a exclusão social compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas: econômica, política e cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam-se alheios ao exercício da cidadania.

Ao contemplarmos as relações raciais dentro do espaço escolar, questionamo-nos até que ponto a escola está sendo coerente com a sua função social quando se propõe ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela promoção da equidade.

3.1.4 Racismo: origem e conceitos

“Racismo é crime inafiançável e imprescritível. (Art. 5.º, XLII, CF)”.

Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. (MUNANGA, 2003).

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003).

A concepção do racismo baseada na vertente biológica começa a mudar a partir dos anos 70, graças aos progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular) e que fizeram desacreditar na realidade científica da raça. Assiste-se então ao deslocamento do eixo central do racismo e ao surgimento de formas

derivadas, tais como: racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, etc. (MUNANGA, 2003).

A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola, o primeiro espaço de vivência das tensões raciais.

Dentro dessa perspectiva, é possível compreendermos que as diversidades existentes entre os grupos étnicos se tornaram pontos de conflito que precisam ser trabalhados. Para que a inclusão e o respeito à diversidade aconteça, os valores básicos de respeito às diferenças individuais e coletivas são fundamentais.

Torna-se necessário, nas escolas, preparar aulas de forma que contemplem questões ligadas à diversidade, ter olhos e ouvidos atentos para capturar situações cotidianas que possibilitem perguntas e que façam os alunos falarem a respeito desta problemática, pois, somente quando os alunos se expressam é que conseguimos perceber suas dificuldades para lidar com as diferenças e com os conflitos cotidianos consequentes destas relações.

3.2 DIVERSIDADE E PRECONCEITO

Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Carta diz, também, que constituem princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, o de promover o bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

3.2.1 Conceituando Preconceito

O preconceito é um tema diverso e contraditório. Etimologicamente, preconceito significa (pré = antes, conceito = distingui),



Figura 30: Preconceito

Fonte: midia independente.org/pt/blue/2004/09/290721.shtml

B G C GLOSSÁRIO A E

Preconceito: é uma atitude discriminatória que se baseia nos conhecimentos surgidos em determinado momento como se revelassem verdades sobre pessoas ou lugares determinados. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém ao que lhe é diferente.

“Uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.”

ou seja, você conceitua antes de conhecer alguém. Podemos, também, dizer discriminação (impor uma condição de caráter antes de conhecer algo ou alguém).

Assim sendo, podemos dizer que preconceito é uma postura ou idéia pré-concebida, uma atitude de alienação a tudo aquilo que foge dos “padrões” de uma sociedade.

As formas mais comuns de preconceito ou de discriminação são:

- preconceito ou discriminação social;
- preconceito religioso;
- preconceito racial;
- preconceito sexual;
- preconceito intelectual.

Quem nunca sofreu algum tipo de preconceito?

Acredito que não exista alguém nesse mundo que não sofreu algum tipo de preconceito.

Diante do apelo da sociedade quanto ao respeito à diversidade sentimos a necessidade de analisar o conceito de preconceito.

Segundo Allport (1954), o preconceito é o resultado das frustrações das pessoas, que em determinadas circunstâncias podem se transformar em raiva e hostilidade. O autor comenta que as pessoas que se sentem exploradas e oprimidas, frequentemente, não podem manifestar sua raiva contra um alvo identificável ou adequado, assim, deslocam sua hostilidade para aqueles que estão ainda mais “abaixo” na escala social. O resultado é o preconceito e a discriminação.

Para Adorno (1950), a fonte do preconceito é uma personalidade autoritária ou intolerante. Pessoas autoritárias tendem a ser rigidamente convencionais. Partidárias do seguimento às normas e do respeito à tradição, elas são hostis com aqueles que desafiam as regras sociais. As pessoas, na maioria das vezes, respeitam a autoridade e submetem-se a ela, bem como se preocupam com o poder da resistência. Segundo o autor o preconceito é uma manifestação de desconfiança e suspeita.

Para Heler (1988), o preconceito está pautado em um forte componente emocional que faz com que os sujeitos se distanciem da razão. Para o autor, o afeto que se liga ao preconceito é uma fé irracional, algo vivido como crença, com poucas possibilidades de modificação. O preconceito difere do juízo provisório, já que este último é passível de reformulação quando os fatos objetivos demonstram sua incoerência, enquanto os preconceitos permanecem inalterados, mesmo após comprovações contrárias.

Para melhor compreender o que é o preconceito, pensamos que é preciso entender também o conceito de atitude baseado nos estudos da Psicologia Social.

Então, vamos refletir sobre o conceito de preconceito com base nas

discussões dos autores acima citados?

Preconceito pode ser considerado como uma postura ou idéia pré-concebida, como uma atitude de alienação a tudo aquilo que foge dos “padrões” de uma sociedade. O preconceito, pode também, ser considerado a não aceitação e a discriminação, o não permitir as diferenças com ações desrespeitosas e/ou excludentes.

Temos diversos tipos de preconceitos, desde os mais insignificantes aos considerados mais graves. O ato de ter preconceito envolve a não auto-aceitação de estar errado, então não é algo tão simples que se resolverá com uma pergunta; “por quê?”. O ato de não aceitar sobre nenhuma circunstância que alguém tenha preconceito também é uma atitude de discriminação. Normalmente, o preconceito é causado pela ignorância, isto é, o não conhecimento do outro que é diferente. O preconceito também pode ser motivado pelo medo. Vimos que o preconceito leva à discriminação e, na maioria das vezes vem acompanhado de marginalização e de violência.

Nas sociedades, o preconceito é desenvolvido a partir da busca, por parte das pessoas preconceituosas, em tentar localizar naquelas vítimas do preconceito o que lhes “faltam” para serem semelhantes à grande maioria. O preconceito pode ser um entrave do desenvolvimento e do relacionamento da humanidade.

Vivemos em uma sociedade extremamente preconceituosa. As pessoas discriminam por quase tudo: pelo vestuário, pela linguagem, pela cor, pelo credo, pela posição social, etc. O preconceito afeta não apenas o destino externo das vítimas, mas a sua própria consciência, já que o sujeito passa a se ver refletido na imagem preconceituosa apresentada. As formas mais comuns de preconceito são social, racial e sexual.

Nessa perspectiva, é fortalecida a idéia de dominação de grupos que se julgam mais adiantados, legitimando os desequilíbrios e desintegrando a dignidade dos grupos dominados.

Nossa identidade é resultado de um processo dialético entre o que é de caráter individual e cultural, uma produção sócio-histórica, um processo criado e recriado continuamente. É pelo olhar do outro que me constituo como sujeito. É a qualidade desse olhar, que contribui para o grau de nossa auto-estima.

A dificuldade de auto-aceitação do sujeito pode ser decorrente de um possível comprometimento de sua identidade devido a atribuições negativas provenientes do seu grupo social. Segundo Oliveira (1994), essa internalização do discurso alheio, ocorre porque a avaliação, antes de ser pessoal, é social.

São muitas as conseqüências das construções preconceituosas, porém, a maior delas é a manifestação da discriminação, uma ação que pode variar desde a violência física, quando grupos extremistas demonstram

PARA REFLETIR

Dentre os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, punidos pela lei (Leis n. 7.716/89 e 9.459/97), estão os seguintes:

1 – Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Pública, bem como negar ou impedir emprego em empresa privada.

2 – Recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público de qualquer grau;

3 – Impedir o acesso ou recusar o atendimento nos seguintes locais: a) restaurantes, bares e confeitarias; b) estabelecimentos esportivos, casas de diversões e clubes sociais abertos ao público; c) hotéis, pensões e estalagens;

4 – Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e respectivos elevadores ou escadas de acesso.

(Leis n. 7.716/89 e 9.459/97)

todo o seu ódio e intolerância pelo extermínio de determinada população, até a violência simbólica, manifestada por rejeições provenientes de uma marca depreciativa (estigma) imputada à sua identidade, por não estar coerente com o padrão estabelecido (branco/europeu).

3.2.2 Tipos de preconceitos**3.2.2.1 Preconceito racial**

O preconceito racial é caracterizado pela convicção da existência de indivíduos com características físicas hereditárias, determinados traços de caráter, inteligência e manifestações culturais superiores a outros pertencentes a etnias diferentes. O preconceito racial, ou racismo, também é considerado uma violação aos direitos humanos, visto que, fora utilizado para justificar a escravidão, o domínio de alguns povos sobre outros e as atrocidades que ocorreram ao longo da nossa história.

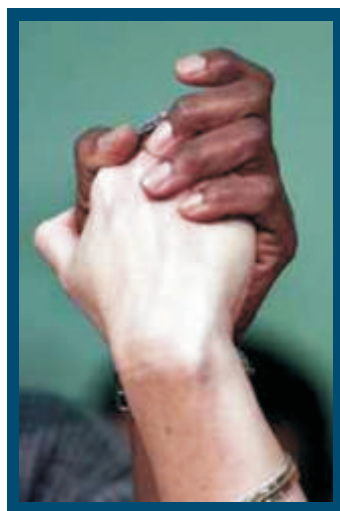


Figura 31: Luta contra o racismo
Fonte: www.mundoeducacao.com.br/sociologia/preconceito.htm

O preconceito racial cria uma ação perversa que desencadeia estímulos dolorosos e retira do sujeito toda possibilidade de reconhecimento e mérito, levando-o a utilizar mecanismos defensivos das mais diversas ordens, contra a identidade ou o pensamento

persecutório que o despersonaliza. O preconceito também leva à discriminação, à marginalização e à violência, uma vez que é baseado unicamente nas aparências e na empatia.

Sugerimos aqui, retornar ao conceito de racismo, discutido no item anterior lembrando que o racismo como vimos, constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente, com base em alguma marca física externa, real ou imaginada, a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento.

Muitos negros são induzidos a acreditar que sua condição inferior é decorrente de suas características

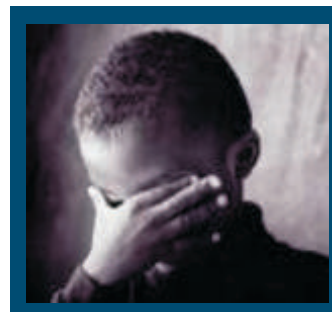


Figura 32: A estupidez do preconceito
Fonte: mentepensante.files.wordpress.com/2008/01/la3786-003.jpg

peçoais, deixando de perceber os fatores externos, isto é, assumem a discriminação exercida pelo grupo dominante. Nesse momento, surge a idealização do mundo branco e a desvalorização do negro, construindo a seguinte associação: o que é branco é bonito e certo, o que é negro é feio e errado.

Devido a um processo de alienação de sua identidade individual e coletiva, há um distanciamento por parte dos negros, das matrizes culturais africanas, chegando eles, em alguns momentos, a tratar com menos valor seus atributos negros, podendo, inclusive, não questionar os estereótipos e situações preconceituosas que lhes são imputados, com medo de não serem aceitos pelo seu grupo social, preferindo permanecer submissos.

Ao incorporar esse discurso ou omitir-se frente a ele, o indivíduo negro dá início ao processo de auto-exclusão. Nesse momento, o preconceito cumpre o seu papel, mobilizando nas suas vítimas sentimentos de fracasso e impotência, impedindo-as de desenvolver autoconfiança e auto-estima. (FERREIRA, 2000).

A população de nosso País é uma miscigenação de raças e, no fundo, todos nós temos um pouco do índio, do negro, do amarelo e do branco. Apenas uma minoria do povo brasileiro pode ser considerada como não miscigenada, não se justificando, portanto, a existência racional do preconceito racial pela coloração da pele.

No Brasil, as populações negras foram estigmatizadas no imaginário social como inferiores, primitivas. Os seus costumes e crenças eram desacreditados e considerados ilegítimos ao olhar do branco. Essa condição foi consolidada no imaginário social com a naturalização da inferioridade social dos grupos subordinados.

O cotidiano escolar pode demonstrar a (re) apresentação de imagens caricatas de crianças negras em cartazes ou textos didáticos, assim como, os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante, já que neles percebemos a falta de visibilidade e reconhecimento dos conteúdos que envolvem a questão negra.

Essas mensagens ideológicas tomam uma dimensão mais agravante ao pensarmos em quem são seus receptores. São crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais, aos quais passam a atender os interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos. Dessa forma, compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito.

A escola despreparada poderá "silenciar" as crianças negras, intensificando o sentimento de coisificação ou invisibilidade que pode gerar uma angústia paralisante, de modo que, seus talentos e habilidades se tornem comprometidos por não acreditarem nas suas potencialidades,

ambicionando pouco nas suas atividades ocupacionais futuras.

Diversos pesquisadores preocuparam-se com a relação entre racismo e educação no ambiente escolar desenvolvendo pesquisas nessa linha. Uma delas foi realizada por Gusmão (1999), com crianças pobres de periferia urbana ou do meio rural, e tinha como objetivo verificar de que forma estigmas e estereótipos se fixam na vida do negro.

Ao observar os desenhos das crianças negras, Gusmão (1999) pode destacar que o branco foi representado como vinculado ao que é civilizado, urbano, bem apresentado, sorridente, enquanto o negro seria o inverso: meio rural ligado ao trabalho físico, desprovido de dinheiro e de possibilidades.

Gusmão (1999) observou que a imagem do negro na concepção da criança negra é mutilada de atribuições positivas, é representada pelas crianças como um mundo triste, marcado pela violência e pela distância real e simbólica entre brancos e negros.

Em outra pesquisa realizada com crianças de escola pública, Oliveira (1993) investigou como eram estabelecidas as relações entre crianças negras e brancas em uma sala de aula. O pesquisador observou que os dois grupos se relacionavam de modo tenso, segregando, excluindo e que a criança negra mantinha-se em uma postura introvertida, recusando-se em muitos momentos a participar das atividades propostas, com medo de que os outros rissem dela, ou seja, que a criança negra para não ser rejeitada ou ridicularizada, preferia calar sua voz e sua dor.

Essas pesquisas ilustram o quanto uma situação social pode silenciar as crianças negras, reduzindo-as a um estado quase de mutismo e invisibilidade em sala de aula, levando-as a profundo desconforto, intensificado pelo sentimento de não-pertença.

Se a escola não despertar para a necessidade de se trabalhar a diversidade em sala de aula, incluindo as questões de raça e cor, a população negra como consequência desta falta, poderá acabar por negligenciar a sua tradição cultural em prol de uma postura de embranquecimento que lhe foi imposta como ideal de realização.

Para Romão (2001), a reversão desse quadro será possível pelo reconhecimento da escola como reprodutora das diferenças étnicas, investindo na busca de estratégias que atendam às necessidades específicas de alunos negros, incentivando-os e estimulando-os nos níveis cognitivo, cultural e físico.

Ações preconceituosas na escola podem conduzir a um processo de despersonalização dos caracteres africanos, o que dificulta e, em alguns casos, inviabiliza a inserção da criança no sentimento de pertença ao espaço escolar, comprometendo a sua auto-estima, impossibilitando-a de ter um autoconhecimento individual ou cultural, pois, esses dois níveis estão diretamente ligados a condições desvalorizadoras atribuídas pelo grupo

dominante.

O processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da auto-estima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é ponto de encontro e de embate das diferenças étnicas, podendo ser instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças negras.

3.2.2.2 O preconceito racial na escola



Figura 33: Atitudes preconceituosas na escola
Fonte: www.explosm.blogspot.com.br/ch_0535.JPG

A criança negra, por exemplo, poderá estar sendo submetida em sua escola a uma violência simbólica, manifestada pela ausência da figura do negro no contexto escolar, ou pela linguagem verbal – insultos e piadas – proveniente do seu grupo social, seus colegas de classe ou de escola, demonstrando de modo explícito de desrespeito, dirigido a essa população.

Para corrigir esse problema, a escola poderá discutir a Cultura afro-brasileira divulgando a influência da cultura africana na história brasileira, discorrer sobre a cultura afro-brasileira enfatizando sua diversidade num trabalho de conscientização de seus alunos. Além disso, a escola estará cumprindo a determinação da Lei n. 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história, das artes e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil.

3.2.2.3 Preconceito social

Uma das formas mais comuns de preconceito no Brasil e em países onde a desigualdade se torna bem visível, num nível acentuado é o preconceito social.

O preconceito social é uma forma de preconceito a determinadas classes sociais que provém da divisão da sociedade em classe dominante que detém o capital e os bens de capital, e a classe dominada, é aquela que possui a força de trabalho apenas. A discriminação consiste em acreditar que as classes mais pobres são inferiores às que possuem capital.

Ainda, hoje, o preconceito social é o tipo de preconceito que se

presença entre ricos e pobres, entre homem e mulher etc. O pobre que não pode usufruir o que a feroz propaganda lhe oferece pelos meios de comunicação. Este tipo de preconceito, também se faz presente, ainda na suposta superioridade do homem em relação à mulher.

Atualmente, um exemplo claro de discriminação e preconceito social que podemos apresentar e discutir com nossos alunos é a existência de favelas e condomínios fechados tão próximos fisicamente e tão longes socialmente.

3.2.2.4 Preconceito sexual

Outra forma de preconceito muito comum é o sexual, o qual é baseado na discriminação devido à orientação sexual de cada indivíduo.

Cada indivíduo possui na sua formação enquanto sujeito social, uma série de identidades, que são formadas por diversos fatores, podendo variar desde sua formação, a partir de fatores biológicos, étnicos ou culturais, ou, de escolhas individuais, regionalismos, entre outros. Entendendo, que essa série de identidades compõe o sujeito, e tendo em mente que o homem é um ser social, ele tende a procurar na sociedade pelos seus semelhantes, a fim de partilhar, vivenciar a sua identidade com o outro, o que Michel Maffesoli (1995) chama de “ressurgimento comunitário”, do estar-junto de seu semelhante.

Porém, no universo escolar surgem diversas manifestações preconceituosas em relação a sexualidade e o termo preconceito sexual é usado para referir as atitudes negativas ligadas à orientação sexual dos indivíduos.

Assim sendo, podemos definir preconceito sexual, como sendo uma atitude ou uma predisposição psicológica para responder como uma avaliação negativa a determinados alvos, dirigida contra um determinado grupo social, cujos membros são avaliados em função da sua integração no grupo e não pelas suas qualidades individuais.

Podemos ainda, concluir que, o preconceito sexual é precisamente a atitude negativa ou hostil exibida pelos heterossexuais contra o grupo homossexual e/ou os seus membros e ainda pode-se afirmar que o preconceito sexual é, na sua essência, um preconceito social.

Castro; Abramovay; Silva (2004), a partir de pesquisas realizadas em escolas, discute o preconceito e a homofobia e sua invisibilidade no contexto escolar. As autoras relatam que na escola, a homofobia tem sido expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas, do isolamento e da exclusão, cujas conseqüências podem resultar em evasão escolar e/ou sofrimento dos alunos-alvo.

Diante disso, vemos a escola, como espaço primário de educação

formal e, para além do seu papel, que é da ordem do conhecimento, tem como desafio articular e executar técnicas diversificadas no sentido de inibir as ações preconceituosas por parte dos alunos. Entre as formas que podem ser adotadas neste trabalho, podemos citar: o uso das técnicas psicodramáticas e de dinâmica de grupo, a exposição de trechos de filmes para os alunos, debates de textos, além de discussão de relatos de experiências trazidos pelos alunos.

Entendemos também, que a escola com a finalidade de garantir que esses princípios sejam alcançados, precisa expandir a abrangência de ações inclusivas, que possibilitem a expressão das diferenças de todas as ordens promovendo o respeito à diversidade e, ainda, através de projetos interdisciplinares; promover com seus alunos, a reflexão sobre a construção sócio-histórico-cultural da sexualidade e da repressão sexual que a permeia; possibilitar o reconhecimento e a inclusão das diversidades sexuais no âmbito escolar; discutir a construção das diferenças de gênero a fim de desconstruir a imagem “naturalizada” do ser-mulher e do ser-homem.

3.2.2.5 Preconceito linguístico

No interior de uma multiplicidade de formas de preconceito, uma vem se destacando, e, possui uma relação muito estreita com o processo educacional: o preconceito linguístico.

A distinção linguística existe, desde que, etnias com línguas diferentes se encontraram. No entanto, tal distinção e o preconceito derivado dela tem sua solidificação estabelecida após o processo de colonização derivado da expansão capitalista.

Preconceito linguístico é o tipo de preconceito relacionado ao padrão de língua que se fala. A pessoa sente-se superior pelo fato de falar "mais bonito".

O preconceito linguístico ocorre de forma ainda mais intensiva no interior de um Estado - Nação, sendo mais forte em países de unificação tardia ou no qual convivem vários dialetos, mas está presente em todos os países, mesmo os que possuem maior homogeneidade linguística.

Trata-se do preconceito originado da distinção entre a “língua culta” e a linguagem coloquial, ou a normatização da linguagem e a distinção entre certo e errado.

Tal preconceito tem origem no processo de normatização da língua feita pelo sistema escolar e pelos setores intelectualizados da sociedade. As classes sociais privilegiadas incorporam a chamada “língua culta” e a tomam como uma distinção social que reforça seu status privilegiado.

A maioria das abordagens do preconceito linguístico, se limita a descrevê-lo e denunciá-lo sem apresentar suas raízes sociais e seu envolvimento na dinâmica das lutas sociais, inclusive as travadas no interior

do sistema escolar.

Na escola, torna-se importante buscar ampliar junto aos alunos o capital linguístico das classes desprivilegiadas para lhes fornecer mais força em sua luta pela libertação humana.

3.2.2.6 Preconceito religioso

A fé religiosa é uma das experiências tão autênticas quanto à arte. Nunca foi encontrado um só povo em toda a história humana que não tenha desenvolvido algum tipo de religião.

No Brasil, o ensino religioso está presente desde a colonização, realizada pelos portugueses, porém esse ensino religioso que vigorou no Brasil desde os seus primórdios era um ensino com ênfase na doutrina da religião oficial do Império, a religião católica romana.

O preconceito religioso é grande e enraizado em várias partes do mundo, e, é mais antigo do que o racismo, aparece desde a era de Cristo. Os profissionais da educação precisam entender as manifestações religiosas populares em sua gênese, em suas razões e em seus mecanismos de resistência para então trabalhar com os alunos. A escola precisa considerar que a religiosidade popular é a vida e a religião da maioria das pessoas, portanto, não pode ser reduzida à raridade, ao pitoresco, ao curioso ou ao folclórico.

O preconceito religioso é muito antigo isso é possível de ser constatados pelas histórias da era de Cristo, a dois mil anos atrás, difundidas, especialmente pela igreja católica.

Em várias partes do mundo o preconceito religioso se faz visível nas religiões. O fato de ser desta ou daquela religião, torna algumas pessoas obstinadas e arrogantes. Algumas até ensoberbecem-se por pertencer à religião da maioria humilhando os que não pertencem ao seu grupo, demonstrando o preconceito religioso.

O preconceito racial, assim como, o preconceito religioso é algo cultural muitas vezes passado e transportado pelo ódio de uma região que tem um certo segmento, uma certa tradição. Podemos citar casos como o que acontece no Oriente Médio, na Irlanda do Norte e pequenos casos presentes na sociedade brasileira que como qualquer outra sociedade de qualquer outro país apresenta reações preconceituosas quanto a religião. Um exemplo que pode ser relatado quanto a manifestação de preconceito no Brasil é o que se passa com os evangélicos, pois ser evangélico em algumas comunidades é ser tachado de várias definições, como crente, fanático e outros nomes que servem popularmente para identificar aquele que segue a religião protestante.

Assim sendo, é necessário que a escola entenda as diversas culturas

dos seus alunos, considerando-as também, a partir das diferenças de credos religiosos, significando compreender a própria existência humana. Enfim, entender que a cultura é dinâmica, e, conseqüentemente que a religião se modifica para atender ao processo evolutivo, isso é, importante para que choques entre as gerações e comportamentos preconceituosos sejam evitados.

3.2.2.7 Preconceito espiritual

Preconceito espiritual é o tipo de preconceito que se observa em nossas igrejas. Por exemplo, alguns pentecostais que se acham mais santos dos que os tradicionais, ou alguns destes que crêem ser mais fiéis a Deus do que os primeiros. Muitas pessoas que têm o dom de língua, menosprezam os demais, crendo que pelo fato de "falar a língua dos anjos" são mais poderosos, pode amarrar o diabo com mais facilidade.

A irmã que usa saia rachada é impura; a outra que apara o cabelo, é mundana; o irmão que usa cavanhaque é profano; o outro que veste a roupa da moda, é irreverente. Muitos crêem, ser os donos da verdade. Se o outro não se veste como ele (como o preconceituoso), se não dá glória igual a ele, se não ora como ele, está na carne. É preciso que haja sempre um mundano para que ele se sinta santo.

3.2.3 Outras manifestações de preconceitos

A escola deve estar atenta a todas as modalidades de manifestação de preconceitos, que surgem em seu ambiente e fora dele para discutir com os alunos levando-os a entender e aceitar a diversidade.

São muitas as possibilidades destas manifestações, a exemplo citamos um, bastante comum no meio educacional hoje, que é a obesidade infantil.



Figura 34: Obesidade infantil

Fonte: br.geocities.com/pontemagrecimento/obesidade_infantil2.jpg

Frequentemente, o

obeso não é visto como doente pelas pessoas com as quais convive e nem por si mesmo. É considerado, como alguém que está nessa condição por absoluta falta de capacidade individual de mudar. A conscientização dos preconceitos a que o obeso está sujeito no dia-a-dia, pode ajudá-lo a recuperar seu equilíbrio emocional.

A valorização estética socialmente aceita, tem papel de destaque na origem do preconceito contra os obesos e interfere na apreciação, positiva ou negativa, que cada um faz ou do próprio corpo. As pessoas obesas são consideradas desprovidas de auto-controle, culpadas pela gula, pela preguiça e responsáveis pelo seu tamanho corporal. Muitas vezes, esses rótulos acabam sendo internalizados e incorporados à personalidade do obeso, prejudicando seu desenvolvimento cultural e social.

3.2.3.1 O Preconceito aos Povos Indígenas

Os povos indígenas têm sido desde a chegada dos colonizadores europeus, vítimas de preconceito. Da ideia de habitantes do paraíso, passando pelo purgatório até chegar à ideia de condenados do demônio, os povos indígenas são vistos ora como o “bom selvagem”, ora como o “matuto traiçoeiro”.

Suas especificidades são ignoradas, e eles são tratados genericamente por índio, como se todos os povos falassem a mesma língua, partilhassem as mesmas experiências históricas, enfim, como se houvesse uma única “cultura indígena”.

Assim sendo, a escola deverá em seu trabalho oferecer mais do que um espaço para essas informações, é necessário que a escola ofereça um espaço para que os próprios povos indígenas falem de si mesmos.

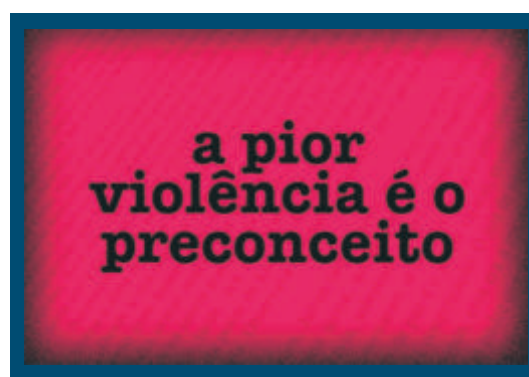


Figura 35: Preconceito contra a aids
Fonte: aids.gov.br/mediacenter/videos/05_preconceito.bmp

3.3 A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA HOMOSSEXUAL

Já no início do século XX, segundo estudos, já havia um campo simbólico ligado à identidade homossexual, que era caracterizada pela forma de abordagem, e pela vestimenta, principalmente, como veremos a

seguir um trecho do livro de James Green (2000), feito a partir de sua tese de doutorado onde este, afirma que no início do século XX, passivos usavam paletós muito curtos, lenço de seda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as formas das coxas e das nádegas. Dirigiam-se aos transeuntes pedindo fogo para acender o cigarro, com voz adocicada.

Para entender como é formada a identidade e vivência homossexual, deve-se considerar uma série de fatores que podem interferir na realidade dos indivíduos que a partilham.

O primeiro fator a ser considerado, por atuar muitas vezes de forma direta na vida destes indivíduos, é o preconceito que resulta na discriminação que sofrem cotidianamente.

Na maioria dos casos, o preconceito existe pelo não conhecimento da realidade do indivíduo homossexual, pela falta de informação por parte do outro, e até mesmo por parte do próprio indivíduo, que faz com que sejam associadas ao homossexual, concepções negativas e irreais.

É possível verificar, que somente a partir de 1985 a homossexualidade foi retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina, e por sua vez, o Conselho Federal de Psicologia somente em 1999, determinou que nenhum profissional pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”.

Portanto, até recentemente, era natural considerar “doente” um indivíduo homossexual, o que pode refletir até certo ponto heranças do eugenismo, que serviu de “base científica” para que, indivíduos de determinadas raças, como os judeus, e até mesmo homossexuais fossem perseguidos na Alemanha durante a época do Nazismo.

Outro exemplo da falta de informação que leva a discriminação de homossexuais é a ligação que, ainda hoje, é feita entre o homossexual e a AIDS, doença que já foi considerada como “câncer gay”, pois quando houve o grande surto da doença, em torno de vinte anos atrás, uma grande parte dos contaminados era homossexual.

Uma pesquisa realizada pela UNESCO, no ano de 2004 em quatorze capitais brasileiras, mostra que no ambiente escolar, mais de um terço dos pais de alunos não gostaria que homossexuais fossem colegas de escola de seus filhos (taxa que sobe para 46,4% em Recife), sendo que, aproximadamente um quarto dos alunos entrevistados declara essa mesma percepção.

Essa pesquisa é um exemplo da existência do preconceito que existe na sociedade, ao mesmo tempo, em que traz uma esperança, por mostrar que os filhos dessa geração apresentam maior aceitação ao homossexual.

Fatos como esses fazem com que muitos homossexuais não vivenciem de forma plena a sua identidade, vivendo “dentro do armário” (gíria utilizada para definir o sujeito que não assume a sua

homossexualidade), pois o fato desse sujeito assumir a sua identidade homossexual acarretaria problemas na vivência de suas outras identidades, na sua vida em sociedade, por haver conflitos entre essas identidades, dependendo do meio em que ele está.

Dentro ou fora “do armário”, o indivíduo vive um processo de auto-reconhecimento de suas identidades e procura vivenciar com o outro as suas angústias e suas identidades, através de, um processo de identificação com o seu semelhante, e no qual ele procura ser visto, ser “encontrado” pelo semelhante, tendo como estratégia o uso do campo simbólico característico dessa determinada identidade, como explicita Kathryn Woodward (2000), afirmando que existe assim, um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós mesmos por meio de campos simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos pelos outros.

Mesmo ainda existindo preconceito, é possível verificar que a identidade homossexual vem ganhando cada vez mais espaço, sendo possível percebê-la através de seus símbolos e imagens que são cada vez mais difundidas e se tornando evidentes. Alguns desses símbolos são reconhecidos até mesmo por indivíduos que não partilham dessa identidade, devido à vinculação dos mesmos na mídia, e por fazer parte do dia a dia de muitas pessoas.

Segundo Maffesoli (1995) a maneira como os homossexuais se apresentam visualmente, perante a sociedade seja pela escolha de determinada postura, ou de determinado tipo de roupa, combinação de cores e modelos pode também ajudar a revelar um pouco da identidade dele como um indivíduo, e mesmo de um grupo, sendo utilizado como forma de reconhecimento, uma “espécie de língua comum”.

Para Michel Maffesoli (1995) o estilo pode cada vez mais refletir a identidade das inúmeras tribos urbanas existentes, pois “multiplicam-se agregações em torno de um estilo, com o objetivo de estar com o semelhante, com o risco de excluir o diferente”.

3.4 TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA

A luta pela tolerância é, antes de tudo, uma resistência contra a intolerância. É a defesa de um direito humano dos mais sagrados: o direito à diferença seja diferença de pensamento, de expressão ou de condição identitária.

A tolerância é a defesa da diferença diante da intolerância que quer negá-la. Ao lutar contra sua negação, os que são diferentes de um determinado padrão dominante defendem seu pensamento, sua expressão e/ou sua condição de identidade como um direito e negam aos intolerantes a possibilidade de negá-los.

A tolerância diz respeito ao direito de ser o que se é. O conceito de tolerância é uma resposta contra a intolerância às diferenças que dignamente nos constituem enquanto humanos.

A intolerância diante do diferente tem imposto uma quantidade de maus-tratos e massacres impiedosos a grupos que sustentam um estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado. Lembremos, mais uma vez da escravidão dos negros, do holocausto dos judeus, da submissão das mulheres, da perseguição aos homossexuais, do genocídio dos povos ameríndios, entre outros casos.

Locke (1980), fala da tolerância entre governos de práticas e crenças religiosas diferentes, tolerância entre seitas religiosas diferentes e tolerância para as diferentes interpretações das Sagradas Escrituras dentro do Cristianismo.

O que Locke (1980) insistentemente demonstrou foi que a religião seria um dado de foro íntimo e ela deveria ser respeitada como tal. As divergências deveriam ser aceitas, pois ninguém tem, em hipótese nenhuma, o direito de impor sua convicção religiosa aos outros. “Porque cada igreja é ortodoxa para consigo mesma e errônea e herege para as outras” (LOCKE, 1980, p.15). Para Locke, se alguém professa uma fé coagido, ela não será verdadeiramente uma convicção, mas sim uma imposição.

As ideias de Locke (1980, p.14), ainda que hoje, nos pareçam óbvias e evidentes, caíram feito uma bomba para a intelectualidade européia à época. Locke defendeu que nenhuma sociedade religiosa deveria se achar obrigada, pelo dever de tolerância, a conservar em seu agrupamento uma pessoa que, mesmo depois de admoestada, continuasse obstinadamente a transgredir as leis estabelecidas por essa mesma sociedade “Todos os direitos que lhe pertencem como indivíduo, ou como cidadão, são invioláveis e devem ser-lhe preservado” (LOCKE, 1980, p.15).

Seguindo o princípio Lockeano de que a distinção religiosa não lhe retira direitos civis, diríamos hoje, numa linguagem mais contemporânea, que os direitos de cidadania são independentes de qualquer condição religiosa e acrescentaríamos que também independem de qualquer condição de gênero, etnia, orientação sexual, pertencimentos, capacidades físicas ou mentais etc.

Sobre o que deve ou não deve ser tolerado, Locke também defende que só deveria e poderia ser tolerado nas religiões aquilo que fosse legalizado na vida privada ou na vida social e que não trouxesse prejuízos a terceiros.

Segundo Locke (1980, p.33), a tolerância significa a garantia da diversidade. O autor argumenta a favor da diversidade como um dado de realidade, como algo inquestionável e, por isso mesmo, plenamente possível de ser aceita. Locke afirma que não é a diversidade de opiniões, mas a recusa

de tolerância para os que têm opinião diversa, o que se poderia admitir que deu origem à maioria das disputas e guerras que se têm manifestado no mundo cristão por causa da religião.

Sendo assim, a intolerância – disputas e guerras – não é fruto das diferenças que dignamente nos constituem enquanto humanos, e que não podem ser evitadas. A intolerância nasce da recusa da tolerância, da recusa da não aceitação da opinião diversa.

A tolerância não é uma abstração teórica da filosofia política ou da ética em tempos atuais, mas uma reivindicação que se articula com os valores mais caros e as bandeiras mais disputadas entre as duas forças políticas mais influentes dos últimos séculos.

3.5 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À DIVERSIDADE CULTURAL

O professor deve ter o cuidado de não tentar mascarar, nem destacar em excesso as diferenças encontradas dentro da turma. Para lidar com esta diversidade é preciso:

- definir o que é comum a todos os alunos e o que é particular a cada aluno, o professor deve criar diferentes ambientes de aprendizagem;
- deve, também, buscar conhecer as particularidades dos alunos para estimular o interesse de cada um;
- deve procurar diversificar o material didático utilizado em suas aulas;
- deve acompanhar a aprendizagem de cada aluno; deve também, procurar trocar informações e opiniões com outros colegas professores;

Caro cursista, você precisa conhecer a dinâmica da sala de aula e reconhecê-la como espaço produtor de conhecimentos, deve ser mediador, aproximando os saberes do aluno e da escola, e valorizando as experiências individuais, as culturas e os costumes deles.

Deve saber que o professor precisa construir, junto com os alunos, um ambiente de respeito pela aceitação e pela valorização das diferentes culturas, trilhando assim, o caminho da superação do preconceito e o da discriminação.

Você, caro cursista, deve tratar com firmeza a ação discriminatória, esclarecendo o que é respeito mútuo e como se pratica a solidariedade, lembrando sempre que seu comportamento em sala de aula ou no ambiente



Figura 36: Professor na sala aula
Fonte: 1.bp.blogspot.com/_EtCVjk8Dkzc/SE5tm8ER1AI/AAAAAAAAAO0/sA1HSXpluOE/s320/professor2.JPG

escolar afeta a conduta e o desempenho dos alunos.

Não cabe ao professor discutir em classe quem é melhor, mas, criar um ambiente em que haja espaço para que todas as diferenças sejam respeitadas.

Faz-se necessário propor atividades e informações que despertem nos alunos a curiosidade para que busquem entender as diferentes culturas, apresentando situações vividas por personagens fictícios, encaminhando discussões e orientações sem expor pessoalmente os alunos envolvidos em episódios de discriminação, buscando superar o preconceito.

DICAS



Caro cursista, na internet você poderá encontrar vários sites que apresentam discussões sobre o tema abordado, abaixo sugerimos alguns sites que o ajudarão neste estudo, visite-os!

www.espacoacademico.com.br/066/66ozai.htm
members.tripod.com/educacao/IndiceD.htm

www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT21-4732--Int.pdf

www.administradores.com.br/artigos/educacao_a_distancia_chega_de_preconceito/27447/

www.osamorais.com.br/2009/01/11/preconceito-e-discriminacao-parte-iii/

www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/p00003.htm

RESUMO

Neste estudo vimos que a sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica o que demanda a necessidade de que as escolas públicas de ensino discutam questões de inclusão e respeito à diversidade no currículo e na organização do espaço escolar. Vimos que na Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, porém percebemos que este é um ideal que precisa ser concretizado começando pelas nossas escolas. Vimos que são diversas as formas de preconceito existentes ainda em nosso cotidiano escolar e que as consideradas mais comuns são: o preconceito ou discriminação social; o preconceito religioso; o preconceito racial; o preconceito sexual; o preconceito linguístico e ainda, o preconceito aos povos indígenas. Vimos também, que o preconceito é um tema diverso e contraditório e está pautado em um forte componente emocional que faz com que os sujeitos se distanciem da razão. Vimos que são muitas as conseqüências das construções preconceituosas e que a escola estando preparada poderá reverter esse quadro. Vimos que a escola deve estar atenta a todas as modalidades de manifestação de preconceitos que surgem em seu ambiente e fora dele para discutir com os alunos levando-os a entender e aceitar essa diversidade. Vimos que isto, só será possível pelo reconhecimento da escola como reprodutora das diferenças étnicas, e que esta faça investimentos na busca de estratégias que atendam às necessidades específicas de todos os alunos. Vimos que para atingir esses objetivos é preciso também que a escola fale sobre os diferentes sujeitos da diversidade presentes na educação como: os povos indígenas; populações negras; agricultores familiares, assalariados rurais temporários e pessoas dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária; ribeirinhos, quilombolas, jovens, adultos e idosos não alfabetizados, lésbicas, gays, travestis e transexuais, entre outros. Vimos que na era da globalização, o grande desafio reside na valorização de diferentes culturas para que elas se completem e se ajudem. Lidar com a diversidade seja ela racial, social, econômica ou religiosa, não é fácil, mas é tarefa de quem educa e que o processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da auto-estima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é ponto de encontro e de embate das diferenças, e assim sendo, a escola como espaço primário de educação formal tem como desafio articular e executar técnicas diversificadas no sentido de inibir as ações preconceituosas por parte dos alunos e que para isso a escola com a

finalidade de garantir que esses princípios sejam alcançados, precisa expandir a abrangência de ações inclusivas, que possibilitem a expressão das diferenças de todas as ordens promovendo o respeito a essa diversidade presente no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G.W. **The nature of prejudice**. Cambridge: MA, Addison-Wesley, 1954.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação a Distância (SEED). Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=39030>. Acessado em: 15/abr/2009.

_____. Constituição da República do Brasil de 1988, Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 15/04/2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

FERREIRA, R.F. **Afro-descendente, identidade em construção**, São Paulo: EDUC Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. _____. tradução Cristina Filho, Cássio Arantes Leite. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUSMÃO, N.M. "Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro". In: Cadernos de pesquisa, Fundação Carlos Chagas n.107, julh. 1999.

HELER, A. **Sobre os preconceitos**. In: Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e terra, 1988.

JONES, J. **Racismo e preconceito**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Carta Acerca da Tolerância**. In: Os Pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**; tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MCDAVID, John e Harari, Herbert. **Psicologia e comportamento social.** Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1974.

MORRRIS, Charles G.; MAISTO, Albert A. **Introdução à Psicologia.** São Paulo: Ed. Pearson e Prentice Hall, 2004.

MOURA, Clóvis. **O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel.** São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.** Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>> Acesso em: mai/2009.

NEGRÃO, E. **Preconceitos e Discriminações raciais em livro didático e infanto-juvenil.** In: Cadernos de Pesquisas. Fundação Carlos Chagas. n.17 junho de 1976.

OLIVEIRA, Fátima. **Os múltiplos significados e implicações do fatalismo genético.** In: Seminários alcances e limites da predisposição biológica, 1993. São Paulo. Anais. São Paulo: Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 6 - 7, dez. , 1993.

PINTO, R. P. **Diferenças étnico-raciais e formação de professor.** In: Cadernos de Pesquisas, Fundação Carlos Chagas, n.108, novembro de 1999.

ROMÃO, J. **O educador e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro** In: Cavalleiro (org.). Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Olga de Jesus, e VIANNA, Marilena. **O Negro na Literatura de Cordel.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

SANTOS, I. A. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos.** In: Cavalleiro (org.) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, M. A. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** In: Cavalleiro (org.) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

LIVROS SUGERIDOS PARA DEBATE

Coleção Preconceito, Editora Cortez.

Os preconceitos tentam naturalizar desigualdades sociais, multiplicando estereótipos que menosprezam a diversidade cultural, a diversidade de escolha, as marcas do corpo e a construção social das identidades culturais.

Os autores da Coleção Preconceitos buscam aproximar da triste realidade dos preconceitos. Nos livros desta Coleção, vocês poderão perceber um acúmulo histórico de tensões que indica, no Brasil, a presença de uma trama social na qual a vida concreta de muitas pessoas é continuamente submetida a diversificados níveis de subordinação como uma marca registrada dos preconceitos.

Nesta Coleção, vocês também poderão encontrar, em linguagem clara e acessível, novas abordagens que tratam, com rigor e objetividade, de questões tensas que estão na raiz de muitas injustiças sociais que transformam o cotidiano de milhares de pessoas num contínuo espetáculo de sofrimento e solidão.

A Coleção Preconceito, Editora Cortez. É uma coleção composta por 12 volumes da Editora Cortez.

01. Preconceito racial
02. Preconceito contra o pobre
03. Preconceito contra a mulher
04. Preconceito contra a criança
05. Preconceito contra o jovem
06. Preconceito contra o idoso
07. Preconceito contra a origem geográfica
08. Preconceito contra pessoas com deficiência
09. Preconceito religioso
10. Preconceito contra o analfabeto
11. Preconceito contra o homem rural
12. Preconceito contra a opção sexual

Obs: Os primeiros quatro volumes apresentam:

- Preconceito contra o Analfabeto (Ana Maria de Oliveira Galvão e Maria Clara de Pierro);
- Preconceito contra as Pessoas com Deficiência (João Ribas);
- Preconceito contra a "mulher": Diferença, Poemas e Corpos (Sandra Azerêdo);
- Preconceito contra a Origem Geográfica e de Lugar (Durval Muniz de Albuquerque Júnior).

- Era Uma Vez Um Casal Diferente | Lúcia Facco, Editora Summus Editorial, 2009.

O livro mostra como a literatura infanto-juvenil pode ajudar os educadores a trabalhar temas delicados como a discriminação por diferença de classe social, de etnia, de orientação sexual, de gênero etc. A autora mistura depoimentos pessoais em um texto com forte embasamento teórico.

Este livro os ajudará a combater o preconceito desde a infância, pois mostra como a literatura pode ajudá-lo a trabalhar em sala de aula temas como a discriminação por diferença de classe social, de etnia, de gênero e, principalmente, de orientação sexual.

Obras sobre o preconceito linguístico e o não- linguístico:

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. **Referencial curricular para as escolas indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

GRUPIONI, L.D.B. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil** In: LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 481-493.

HUBNER, R. M. (org.). **Quando o professor resolve: experiências no ensino de português.** São Paulo: Loyola, 1999.

LOURO. G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCHUSCI, L. A. **Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica** In: Trabalhos de Lingüística Aplicada nº 30. Campinas: Unicamp, 1997.

PCN - **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

PCN - **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

POSSENTI, S. (1996). **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: ABL, Mercado de Letras.

RICARDO, C.A. **Os 'índios' e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil** In: LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

TASSINARI, A.M.I. (1995). **Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural** In: LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

ATIVIDADES

- 1) Vamos refletir! Você, caro cursista, não têm e nem nunca teve algum tipo de preconceito? Responda a esta pergunta através de um texto dissertativo de aproximadamente 15 linhas.
- 2) Organizar uma peça teatral envolvendo os principais tipos de preconceitos, com os quais tem vivenciado na prática do cotidiano escolar e apresentar ao grupo.
- 3) Leitura do material apresentado em grupos, dividido por temas abordados e discussão com a turma.
- 4) Oficina de Artes visuais onde os cursistas possam expressar suas vivências com o preconceito no ambiente escolar.
- 5) Construir com o seu grupo um código de ética intitulado “Vivendo sem preconceitos”.
- 6) Construir, em grupo, um cartaz, apresentando todos os tipos de preconceitos com os quais tem vivenciado em sua realidade escolar.
- 7) Participe das discussões postadas nos fóruns pelo professor formador.
- 8) Em atividade proposta em sala de aula, solicitar aos alunos que falem sobre si em uma redação.
- 9) Proporcionar discussões verticalizadas a respeito das diferenças presentes, favorecendo o reconhecimento e a valorização da contribuição africana na construção e no desenvolvimento do Brasil.
- 10) Você, caro aluno, não têm e nem nunca teve nenhum tipo de preconceito? Responda a esta pergunta através de um texto dissertativo de aproximadamente 15 linhas.
- 11) Após o estudo sobre preconceito religioso, faça um comentário de aproximadamente 15 linhas dizendo:

- Até quando o preconceito religioso será desculpa para a aniquilação de povos e/ou Estados?

12) Estudo de Caso:

Apresentar aos seus alunos, situações vividas por personagens fictícios, levando-os a discutir e refletir sobre a situação vivenciada pelo personagem.

13) Trabalhar com cartazes como:





Ministério da Educação

